

AÇÃO(ÕES)!

Michel Lussault¹

École Normale Supérieure de Lyon (ENS Lyon)
Lyon, França

Tradução:

Cláudio Smalley Soares Pereira²

Universidade de Pernambuco (UPE)
Petrolina, PE, Brasil

Jean Legroux³

Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Presidente Prudente, SP, Brasil

Revisão Técnica:

João Carlos Carvalhaes Monteiro⁴

Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Porto Velho, RO, Brasil

1. Tradução do texto: LUSSAULT, Michel. (2000) Action(s)! In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Org.). *Logiques de l'espace, esprit des lieux: géographies à cerisy*. Paris: Belin, p. 11- 36.

2. Doutor em Geografia pela FCT-UNESP. Professor Adjunto do Colegiado de Geografia da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus de Petrolina. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4624-4057>. E-mail: clasmalley@gmail.com.

3. Doutor em Geografia pela Universidade de Lyon 2 (França) e em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ (Brasil). Atualmente Pós-doutorando do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) -Campus de Presidente Prudente. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3811-4180>. E-mail: jean.legroux@unesp.br.

4. Professor do Departamento Acadêmico de Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pós-doutorando em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9550-4302>. E-mail: joao.monteiro@unir.brense.

Enviado em 15 fev. 2021 | Aceito em 04 nov. 2021

Como se formam, se organizam, se implantam as “artes de fazer” dos indivíduos no espaço? Como avaliar as práticas espaciais em toda diversidade de seus registros, compreender os usos produtores de espacialidades? Eu tento, no que me concerne, responder a estas questões através da elaboração de uma abordagem axiológica centrada sobre o indivíduo em atos e seus valores. O objetivo, contudo, impõe uma restrição, obriga o geógrafo a um desvio, aquele da apreensão e da tradução/traição das grandes teorias sociológicas que marcam o campo da ação e, além disso, tantas coisas estão ligadas, que fornecem uma visão interpretativa da sociedade e do lugar que nela ocupam os indivíduos. Eu explicitarei nesse texto minhas escolhas nesse domínio. Tal exercício realizado, eu proporei então um modo de apreensão do campo prático, e chegarei, em conclusão, a uma interrogação fundamental: qual é o lugar do espaço na ação?

SINGULAR-PLURAL

Antagonismo estéril

Duelistas?

Digamos claramente – para que as coisas não sofram de ambiguidade e para evitar toda prevaricação: eu refuto o dualismo clássico indivíduo/sociedade. Eu compreendo, por dualismo, a ideia que toda teoria deveria *escolher* um dos dois termos antagônicos e se localizar em um dos dois campos, radicalmente opostos, por séculos e séculos, *ad libitum*: à minha esquerda, a posição que afirma a hegemonia das estruturas sociaisⁱ, e que reduz o ator ao *agente que agiu*; à minha direita, àquela que proclama a soberania absoluta da pessoa, dona de si mesma e das coisas, sua emancipação dos constrangimentos sociais, e que por vezes, bela hipóstase, erige o indivíduo em *Sujeito*. Minha apresentação desse campo de batalha sofre sem dúvida de esquematismo, mas é evidente que se opõem desde tempos remotos, às vezes com uma real ferocidade, em termos apenas mais sutis, os partidários de ambos os campos – científicos, mas que se imbricam em divergências políticas muito fáceis de reconstituir – e que esta amarga disputa configurou a sociologia contemporânea.

Ser *para* P. Bourdieu, pai rigorosoⁱⁱ do “estruturalismo genético”, equivalente há muito tempo, continua a equivaler, a ser *contra*, sem outra forma de julgamento, R. Bourdon, A. Touraine, M. Crozier, todos mais ou menos culpados em vários graus, segundo a vulgata bourdieusiana, de manter a “ilusão” da liberdade do ser humano em sociedade e de omitir o peso da ordem da sociedade. Em uma tal atmosfera polêmica – no sentido etimológico da palavra – a escolha de um clã significa sem equívoco tomar parte *por* ou *contra* os outros, de trabalhar na defesa e na ilustração de teorias a partir do que temos que zelar e contribuir para o esgotamento das outras, utilizando ferramentas não necessariamente muito científicas. Trata-se de um defeito ainda mais irritante sendo, parece-me, que, com um pouco de boa vontade, pode-se facilmente, com todo rigor, *conciliar* esses universos teóricos que se pensam e se colocam em cena como concorrentes – não esqueçamos que o campo institucional da ciência é conflitual e que existem verdadeiros problemas de posição, sobretudo em disciplinas (História, Sociologia, Filosofia) onde um pesquisador pode, pelo efeito de sua palavra autorizada, sobretudo se ela é transmitida pelos meios de comunicação (mídia), rapidamente, embora

frequentemente temporariamente, torna-se um *mago*, consultado em toda ocasião por seus bajuladoresⁱⁱⁱ.

Dupla!

Este trabalho de conciliação oferece a possibilidade de ultrapassar a estéril apreensão agonística do casal indivíduo/sociedade, poderosa igualmente na filosofia, mesmo que ela possa se articular sob outra forma de enunciado: por exemplo, no domínio da filosofia do espírito e das ciências cognitivas anglo-saxãs, marcado pela filosofia analítica, as posições dos participantes das teses *internalista*-individualista (segundo a qual os indivíduos elaboram estados mentais compreensíveis, somente em termos de estado interno do organismo do sujeito, abordagem denominada *solipsismo metodológico*) se opõem radicalmente àquelas dos *externalistas* (para quem os conteúdos cognitivos são determinados pelas propriedades do ambiente e do contexto exterior aos indivíduos)^{iv}. Aqui também, ao que me parece, precisamos rejeitar um tal duelo, porque o conhecimento pessoal se constrói nas interações permanentes entre o ambiente societal e o indivíduo, nenhum dominando o outro, cada um incluso no outro. É preciso insistir na característica dinâmica e produtora desse ir e voltar permanente entre o indivíduo e sua subjetividade e a sociedade “fenomenal”; este, por esse movimento perpétuo, incorpora do social que tomará o lugar, subjetivo, nas competências “práticas” do ator, enquanto aquela interfere e produz, assim, a individualidade.

Ausência de dominação, reconhecimento de posições

Eis aqui uma formulação bastante próxima daquela do *habitus* segundo Pierre Bourdieu: interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade. Porém, o que difere em minha proposição, é o reconhecimento da *ausência de dominação* de um nível sobre o outro: a sociedade, se ela engloba o indivíduo, não o subjuga até colocar em questão sua existência – refutação da posição estrutural dura; o indivíduo, menor unidade complexa da sociedade existe *autenticamente* mas não *independentemente* – refutação do individualismo e de sua forma a mais linha dura: o solipsismo, o impasse tomado por alguns que afirmam que o mundo não existe fora do indivíduo^v. Sem dúvida, a posição social específica de um protagonista qualquer lhe confere ferramentas específicas e o *habitus* difere segundo os sujeitos em função de suas posições sociais; porém, eu não vejo aí uma marca de camisa de força, de um bastão indestrutível, de uma regra absoluta da sociedade, mas um *quadro configurante* da ação, cuja emancipação sempre acaba sendo possível, graças em particular à reflexividade, ao retorno do sujeito sobre ele mesmo que pode tomar formas muito mais diversas que os proponentes da abordagem estrutural o imaginam e que deixa capacidades de “liberdade” reais – o que confirma qualquer análise empírica que, em geral, nos confronta a atores raramente reduzidos aos seus papéis únicos de agentes agindo sob o estrito império de seus *habitus* de classe.

Enfim, se devemos conferir importância à noção de *habitus*, em uma acepção mais flexível desta, é necessário acordar uma intensa atenção à invenção e a inventividade dos protagonistas do jogo social, às “artes de fazer” que eles implementam, a partir das *matrizes práticas* propostas no conjunto social^{vi} – quer dizer de formas de uso cuja validade é reconhecida por um grupo, das quais a pessoa se ampara eventualmente e que ela adequa ao seu projeto. Não existe mais duelo, mas *dupla singular-plural*. A concepção sistêmica dimensional da sociedade à qual eu aderi exige, no entanto, por necessidade de coerência teórica, uma abordagem dialógica onde, em verdade, o indivíduo e o social são, cada um pelo outro, um *recurso*.

História de junção e de separação

A sociedade dos indivíduos

Esta dialógica indivíduo-sociedade, preferida ao antagonismo, Norbert Elias já havia proposto precocemente^{vii}. Elias acalentava um conceito próprio: a *configuração social dinâmica*, concebida antes de tudo como um meio “com a ajuda da qual se pode afrouxar a restrição social que nos obriga a pensar e a falar como se o ‘indivíduo’ e a ‘sociedade’ fossem duas figuras diferentes e, além disso, antagonistas”^{viii}. Essa configuração, formada, em uma situação particular, pela articulação de todos os dados sociais, permite, portanto, mensurar a interdependência irrefutável do indivíduo e da sociedade. Norbert Elias, muito inclinado a metaforizar suas abordagens, propôs uma imagem muito particularmente edificante que eu citarei integralmente:

Pensemos [...] para compreender este tipo de inter-relação, na estrutura da qual deriva a noção de entrelaçamento, um sistema reticular. Uma rede é feita de múltiplos fios ligados entre si. No entanto, nem o conjunto da rede nem a forma que cada um destes fios assume, podem ser explicados a partir de um único fio, ou mesmo todos eles, considerados de forma isolada; só se explicam pela sua associação, pela relação entre eles. Esta relação cria um campo de força cuja ordem se comunica a cada um destes fios no conjunto da rede. Toda a forma da rede modifica-se quando a tensão e a estrutura do conjunto da rede se modificam. E essa rede, não obstante, não é nada além de uma ligação de diferentes fios; e, ao mesmo tempo, cada fio forma, no seio deste todo, uma unidade em si; ocupa ali um lugar singular e assume uma forma específica^{ix}.

Não poderíamos dizer melhor. Esta metáfora – viva, no sentido de Ricoeur, e espacial sobretudo, índice probatório suplementar da ideia de que o espaço em todas as manifestações^x é um ingrediente indispensável à visibilidade, à legibilidade e, portanto, à compreensão das coisas – oferece um sistema pertinente da concepção exposta precedente; tudo está aí, a separação como a junção, a associação consubstancial como uma realidade específica em cada um dos termos: fio-redes, indivíduo-sociedade, um não existe sem o outro, cada um existe em si mesmo e pelo outro. Neste quadro, a liberdade do fio-indivíduo se torna real sem ser absoluta porque ela depende de sua capacidade para agir na e sobre a rede de interdependência que ele contribui a criar e na qual ele se inscreve – e voltamos novamente ao *habitus* sem a subsunção, eis aqui de volta à noção de recurso que constitui cada uma das instâncias pela outra.

Epiphaneia

A obra de Norbert Elias aporta igualmente uma análise, que permanece uma referência decisiva, da história da eclosão do indivíduo enquanto entidade pensável, (auto)representável – que pode, portanto, ser apreendido do exterior por terceiros e do interior por ela mesmo graças à reflexividade –, protagonista do social. Na verdade, Elias demonstra a aparição conjunta do indivíduo e da sociedade: esta emerge ao mesmo tempo que aquele, um e o outro apoiando-se um no outro. Apenas a promoção da individualidade – e seu indispensável acessório, a consciência de si, de sua autonomia intelectual, a possibilidade de agir e de pensar “livremente” que anda de mãos dadas com a possibilidade de aceitar, nas condições de abertura das capacidades de ação, como restrições livremente consentidas, as regras restritivas, necessariamente, do grupo^{xi} – assegura a lenta passagem da *comunidade* à *sociedade dos indivíduos*^{xii}. Historicamente, nenhuma sociedade é concebível sem o indivíduo fora das rigidezes e das coerções ligadas ao estatuto do *sujeito* – no

sentido de assujeitado – que possa se apropriar de sua “unidade biográfica” e considerar a implementação de estratégias pessoais. Como escreveu Jacques Levy:

O indivíduo é uma unidade específica no seio das sociedades [...] Não podemos imaginar nenhuma sociedade que tenha sido completamente desprovida de autonomia individual porque é graças a esta autonomia que a repartição complexa de funções, que supõe que uma sociedade pode existir^{xiii}.

Segundo Norbert Elias, esta nova configuração se instaura realmente no século XVIII no Noroeste da Europa, no interior da *sociedade de corte*, especialmente, e seu florescimento a partir do foco inicial, necessitará diversos séculos, pesadas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais – e conceituais, as ciências sociais não tendo pouca conta neste processo. Após a segunda guerra mundial, o movimento se amplificará e tenderá a se generalizar. Hoje, a promoção da esfera individual é comprovada por todos os lados, em graus diversos, e ela se manifesta mesmo nos países onde persistem ou/e se desenvolvem novamente fortes tendências comunitárias. Ali, em atmosferas marcadas, qualquer que sejam os motivos, pelas concepções holísticas do grupo social, o indivíduo, não obstante, sempre advém, se expressa e reivindica sua existência. Não seria possível plantear a ideia que se elaboram pouco a pouco, no momento atual, formas inéditas de “sociedades comunitárias”, onde as múltiplas saliências individuais podem se implantar sobre o primado do comunitário? Isso provavelmente qualificaria o princípio, até então incontestável, de acordo com o qual

Na verdade, é onde há mais sociedade que existe mais indivíduos, ao passo que, ao contrário, a ideia de comunidade é contraditória com as duas^{xiv}

Uma cena à quatro partes

Eu exemplificarei minha proposta por meio de uma citação do Duque de Saint-Simon, narração, onde a eficácia irônica do verbo saint-simoniano se desdobra maravilhosamente, e que apresenta o interesse de condensar uma representação clara do movimento tangível do indivíduo e da sociedade. O relato se desenrola em um tempo e em uma situação precisa – a corte do Rei dos reis da França, Luís XIV – aqueles mesmos da emergência da junção e separação precipitada, o que reforça o atrativo deste texto.

Em uma passagem célebre de suas Memórias, Saint-Simon relata a vida e a morte do príncipe de Conti, que ele estimava muito. Narrando os funerais de Conti, que aconteceram em fevereiro de 1709, Saint-Simon se detém em um episódio nada menos anódino.

Foi realizado um serviço magnífico, onde os bispos e as famílias solteiras foram convidados pela família, mas onde tudo abundou [...]. M. le Duc, M. le Duc d'Enghien e M. le Príncipe de Conti^{xv} prantearam. Os bispos ficaram ofendidos por não terem poltronas. [...] No entanto, após alguns movimentos, os bispos permaneceram em sua forma^{xvi}. A regra é constante que ninguém nessas cerimônias tem o mesmo tratamento que teria com o príncipe cujo funeral é feito se ele estivesse vivo. Por isso mesmo os duques deviam ter ali poltronas, bastante semelhantes às dos príncipes de sangue. M. le Duc, sempre empreendedor, havia suprimido todos eles. Eram apenas três para os três príncipes do deliu [...] Os primeiros a chegar notaram e reclamaram em voz alta. M. le Duc fez ouvidos moucos. Logo após MM. de Luxemburgo chegaram La Meilleraye e La Rocheguyon, falaram com ele sobre isso; desculpou-se por não haver poltronas e por não saber para onde levá-las. Em seguida, esses três duques disseram-lhe que iam sair com todos os outros. Esta pronta resolução surpreendeu M. le Duc. Ele não esperava por isso. Queria dar exemplo por endereço, mas recusar as poltronas sentiu-se insuportável; protestou que nunca tinha imaginado não lhes dar poltronas, que não sabia como; então, vendo que esses cavalheiros já estavam se curvando para que ele se aposentasse, ele

os impediu e disse que, no entanto, um meio deveria ser encontrado para satisfazê-los. Então o estratagema apareceu inteiramente. Imediatamente vieram algumas poltronas por trás. M. le Duc desculpou o fato de que não havia o suficiente para todos os duques, e por composição colocamos um se juntando ao de M. le Prince de Conti, todos iguais ao seu, e na mesma linha, e mais quatro ou cinco seguidos, desde que houvesse espaço para mais espaço, e um para o último duque, de modo que tudo entre os dois fosse considerado uma poltrona e todos os duques sentados ali. Vimos assim que havia alguns em reserva para uma última necessidade, da qual, além do empreendimento fracassado, o duque se indignou.

Parece-me que podemos ver claramente seus contornos fixando-se – de fato, ainda incertos, porque nós estamos no início do processo estudado por Elias e as tradições sempre pesam nos hábitos dos protagonistas – de uma cena que tem (ao menos) quatro “partes”:

- Os indivíduos, agindo *nessa* qualidade, colocando em prática *estratégias* e buscando os *meios* para realizar seus *fins* – aqui, satisfazer seus apetites para alguns, reivindicar seu crédito para os outros.

- A sociedade, no seio da qual os primeiros mencionados se movem, que lhes faz existir como eles são (e não mais como seus ancestrais que, sob Luís XIII, viviam e se comportavam de maneira bastante diferente), que eles fazem existir como ela é – dupla relação configurante – e, da qual, no fim, eles aceitam *apesar de todo* a “arbitragem”, sem perder seu status de indivíduos e ao mesmo tempo mostrando sua insatisfação com os atores^{xvii}.

- O “coletivo” concreto, formado pela assembleia reunida *hic et nunc*, a instância social onde se desenrola e se resolve o incidente, que *representa* a sociedade – uma amostra de prova – e que mediatiza a relação entre os indivíduos e a sociedade “abstrata”;

- O espaço, enfim, onipresente, do qual falaremos mais adiante sobre seu aspecto (ideal e material) e seu papel fundamental, pois eu voltarei sobre esta passagem significativa.

A dupla singular-plural da qual falamos, pode, a meu ver, se aceitamos a leitura que viemos realizando, pela desconstrução de um dos componentes (o segundo) e a adição de um outro, torna-se uma estrutura em quatro elementos que amarra o *indivíduo* e a *sociedade via* o social (o coletivo concreto) e o espacial. O texto de Saint-Simon mostra como, de uma *situação*, nasce consubstancialmente uma *configuração social* e um *agenciamento espacial*; sua característica exemplar me incita a lhe confiar um papel viático para o resto do trabalho. Aqui está o que lembra, diga-se de passagem, que, nas ciências sociais, a experiência intelectual pode igualmente, à ocasião, se construir sobre suportes literários.

Uma abordagem axiológica

Explicitar, mesmo que rapidamente, minha posição concernente a este problema delicado da relação indivíduo/sociedade pareceu-me um preâmbulo indispensável por duas razões:

- Frequentemente demais, os geógrafos – não somente eles, de fato – relutam em objetivar seu posicionamento neste domínio, enquanto, evidentemente, uma tal colocação, que sempre existe, ao menos implicitamente e às vezes sem que o pesquisador possua uma verdadeira consciência dela, imprime sua marca à uma *démarche*, denota escolhas ao mesmo tempo completamente heurísticas e culturais, para não dizer ideológicas;

- Este exercício garante, uma vez realizado, colocar em perspectiva o que vai seguir: uma concepção de indivíduo-ator e de suas práticas, concepção que manifesta uma promoção do

indivíduo como pivô essencial de nossas análises geográficas. Sem contestação, este aqui está agora colocado no centro de nossas preocupações, embora já o saibamos, a geografia foi e permanece pouco inclinada a achar relevante de fazer do indivíduo um objeto primordial frente à atração pelas grandes morfo-estruturas físicas ou humanas, para as funções, para as engrenagens fundamentais dos sistemas de produção do espaço, o indivíduo encontrou-se rebaixado, marginalizado tal como um epifenômeno, ou até mesmo, um resíduo que foi deixado para outros cuidar.

Deste postulado da promoção do indivíduo, devemos tirar as consequências em termos de escala preferencial de análise. Com efeito, é em particular nas microescalas da vida cotidiana (do cômodo da habitação aos espaços praticados ordinariamente) que podemos apreender as artes de fazer espaciais de uma entidade societal complexa, o indivíduo, e, assim, desmascarar a espacialidade nas suas formas as menos habitualmente trabalhadas pelos geógrafos. Uma tal *démarche* repousa sobre postulados teóricos que eu vou apresentar sucintamente.

A intencionalidade

Eu começarei por evocar a intencionalidade. Eu adiro à *ideia* de intencionalidade, talvez até mais do que ao estrito *conceito* filosófico, cuja origem remonta a Husserl. Este, retomando a tese de Brentano – ele mesmo inspirando-se na filosofia medieval – segundo o qual alguns estados mentais (o amor, o desejo, a tristeza) apontam em direção de objetos sem existência objectual, construiu a intencionalidade para designar esta *direção* do espírito para um objeto mental. A questão tem, desde então, nutrido uma literatura filosófica superabundante e às vezes muito confusa e propagada para algumas correntes das ciências sociais que modelaram o conceito à medida de suas próprias preocupações, sem que existisse consenso quanto à utilização do termo e quanto a sua significação.

J. Lévy parece me dar uma definição convincente de intencionalidade:

O fato que as ações humanas preexistem nas representações dos agentes sob formas de finalidades da vontade ou de desejo e as transformam, desta forma, em atores.^{xviii}

Recentemente, os trabalhos de Luc Boltanski e Laurent Thévenont mostraram a fertilidade de uma abordagem renovada da intencionalidade em sociologia, em um objetivo de uma compreensão detalhada da ação individual e coletiva^{xix}. É possível, portanto, apropriar-se, em qualidade de geógrafo, deste domínio e conferir ao indivíduo e à intencionalidade uma nova função eminente nos conhecimentos e nos estudos. Veja-se que a definição que eu faço minha retoma a ideia de base de Husserl, mas aplicada, ali, não somente aos estados mentais, mas à ação: eu entendo a intencionalidade como uma incoercível *tensão para* – do indivíduo para as finalidades de seu agir. Somente este reconhecimento permite evitar a redução do ator ao agente agido pelas estruturas; porque intrinsecamente intencional, o indivíduo se afirma antes de tudo como um ator, um protagonista sempre capaz de (e ocupado a) projetar “desejo no espaço público”^{xx}.

Uma tal posição de princípio só é sustentável se cuidarmos para não cair numa alegoria do sujeito que conduza à negação do social; o interesse das análises apoiadas na intencionalidade só existem se elas não expulsam de suas preocupações os problemas da racionalidade limitada dos atores engajados na ação – mesmo se é verdade que as representações dos acima mencionados atores, quanto à elas, propõem frequentemente ao pesquisador a visão idealizada de um controle total das causas e efeitos da prática – não mais que os dos efeitos das posições sociais sobre as artes de fazer dos indivíduos.

Eis aqui uma ilustração clara de uma posição teórica assumida: aquela do “individualismo societal” (J. Lévy); ali a intencionalidade e a insistência consequente sobre a capacidade dos atores de construir suas ações finalizadas e específicas se vêem nuançadas pelo indispensável lembrete da inelutabilidade da dialógica: dimensão individual-dimensão social, pela menção da inscrição necessária de toda pessoa em uma sociedade que, embora faça parte dela, é imponente. Todos e cada um deve *fazer com* o social e além *com* a sociedade – não é isso que queria evocar Certeau com sua noção de astúcia? – e sua liberdade é forjada e está embebido no cadinho dessa restrição-recursos. As artes de fazer nascem, portanto, na encruzilhada da intenção de um indivíduo e da dinâmica do jogo combinado das várias dimensões sociais.

Aceitar a fragmentação

Se as ações dos indivíduos são intencionais, portanto, elas não se revelam nem lineares e nem monorracionais. Ao contrário, é necessário insistir sobre a intrínseca multirracionalidade dos atos e das ações, que procede, entre outros, da multirracionalidade dos atores. Ora, nunca é muito difícil de cometer o erro que consiste, reconhecendo ao mesmo tempo a multirracionalidade das ações, em continuar vendo no indivíduo um operador cartesiano, perfeitamente homogêneo de parte em parte, sem “descontinuidade interna”, se me permitem esta expressão.

Não podemos subscrever a uma tal apresentação monista da pessoa – embora seja corrente nas ciências sociais e na geografia em particular. Com efeito, se os homens, especialmente por meio do relato, do qual é função eminente, regulam a psique e seu sistema de relações com o mundo dos fenômenos e constroem *histórias* onde aparecem inteiramente inequívocos, lineares, sempre sobre a mesma via^{xxi}, cabe reconhecer o caráter *fragmentado* do “sujeito” moderno. Esta fragmentação (segunda característica maior pré-anunciada) não significa que o indivíduo é um tecido de incoerências, ou que a personalidade – este perfil integrador oferta a si e aos outros, que sintetiza a heterogeneidade de nossa interioridade e aquela da nossa experiência do mundo – não existe, não! Nós só queremos sublinhar por esta palavra que existe *diversas instâncias*, complementares e conflituais no seio de um mesmo ser humano^{xxii}, este último tendo que *compor* com essa diversidade, que *informa* toda experiência e que, ao mesmo tempo, *resulta* da experiência. Isso para dizer que este fenômeno procede da formação do Si que cada indivíduo experimenta e que nasce da interação precitada entre interioridade e exterioridade.

Entidade poliédrica

A fragmentação, aqui muito esquematicamente posta, porque se trata justamente de um fenômeno complexo, conduz o indivíduo a dois “comportamentos”.

- No seio de uma mesma ação, a adotar diversos registros, eventualmente contraditórios – manifestação *sincrônica* da fragmentação, que coloca o analista perante a heterogeneidade dos fins e dos meios do agir, em geral real embora seja sempre menosprezada pelo protagonista nas suas narrativas de qualificação e justificação.

- No curso de sua existência pessoal, familiar e mundana, ao possuir múltiplas “faces”^{xxiii} sociais diferentes, engajadas segundo as circunstâncias para satisfazer suas exigências da situação tal qual ele a avalia – manifestação *diacrônica* da fragmentação. Somente o reconhecimento desta característica permite compreender a ausência aparente de coerência que possui frequentemente a série de todos os atos realizados por um indivíduo nos diferentes compartimentos, abertos uns aos outros, o que complica ainda mais as coisas, de sua vida na sociedade. Podemos assim considerar

que alguns momentos de sua existência social, uma pessoa joga o jogo de um *agente*, quer dizer, de um instrumento de agido do funcionamento de uma estrutura, ou/e de um *operador* – quer dizer, qualquer um que cria ou que participa de um procedimento codificado – sem cessar, no entanto, de ser ao mesmo tempo um indivíduo intencional.

Esboço de um exemplo

A observação que eu conduzo desde 1993 do funcionamento dos profissionais – engenheiros, arquitetos, urbanistas em particular – no interior dos serviços técnicos de diferentes municipalidades francesas me permite confirmar a generalidade e a importância deste fenômeno. Ao estudar os procedimentos muito restritivos do ponto de vista regulamentar, como a revisão de um Plano de Ocupação do Solo, ou a realização de um estudo de impacto de uma via expressa, eu percebi que os praticantes pesquisados assumem sem grande dificuldade, com constância e muito explicitamente, uma admirável polimorfia:

- Eles prontamente endossam sua panóplia de *agentes* e buscam garantir o bom funcionamento e interesse da estrutura que os engloba – cidade, D.R.E*, ministério;
- Eles conduzem como *operadores* perfeitos, com uma precaução de precisão quase maníaca, os procedimentos técnicos e regulamentares os mais pesados;
- Eles não perdem a menor oportunidade de expressar sua intencionalidade de *atores*, pela astúcia da qual usam com estas mesmas estruturas e procedimentos – ou/e ironicamente distanciando-os pelos discursos durante seus atos de conformes de agentes e/ou operadores – frequentemente não para colocar estas em dificuldade, mas para, segundo eles, melhorar o trabalho, quando estimam que são ameaçados por quadros pouco apropriados, ou/e para fazer valer algumas ideias ou/e interesses que os preocupam.

Eis aqui, muito brevemente exposto, os dados que me incitam a não refutar as palavras agentes e operadores, contanto que os integremos em uma perspectiva de análise da fragmentação do indivíduo.

Manifestação diacrônica e sincrônica se telescopam, claro, e isto nos coloca diante de uma situação de uma grande complexidade onde cada indivíduo pode ser concebido como possuidor de um “repertório” de faces, que ele não pode na maioria das vezes objetivar como tal, porque este é na verdade amplamente internalizado, como a fragmentação que ele expressa, no seio do *habitus*, e que participa de suas competências gerais de ator. Este se engaja na ação, segundo apreensão que ele tem dela, de partes deste campo de competências, portanto *ativa* uma ou diversas faces – ao mesmo tempo, muito frequentemente. Não há de ver neste processo uma mecânica perfeitamente oleada, dominada por um indivíduo estrategista onisciente ao mesmo tempo que comandante de bordo todo poderoso de uma máquina sem defeitos. Na verdade, tudo se desenvolve na complexidade e na opacidade – variável, mais jamais nunca negada – das situações no seio das quais o protagonista^{xxiv} se inscreve. Consideremos, portanto, tudo o que acabou de ser apresentado como um descritor de uma aptidão para *bricolagem* por parte dos indivíduos fragmentados, bricolagem eficazmente que não impede a intencionalidade, a busca de fins e meios, mas, ao contrário, procedendo e permitindo a adaptação às circunstâncias e constrangimentos inevitáveis da ação.

* D.R.E: Direction Régionale de l'Équipement, que são serviços desconcentrados de alguns ministérios, hoje do Ministério da Ecologia, da Energia, do Desenvolvimento sustentável e do Mar (MEEDDM), responsável historicamente, principalmente, pela construção das redes viárias. (N.T).

Eu, portanto, me inclino hoje pelo reconhecimento, em conformidade com as premissas teóricas concernentes ao indivíduo e a sociedade, tanto do caráter *poliédrico* do indivíduo – no sentido que este é uma entidade complexa possuindo diversas “faces” – e do *modo improvisacional* da ação, compreendido como um modo permitindo uma reavaliação permanente pelo sujeito agindo, das finalidades, dos meios e dos quadros flutuantes de suas experiências – postas em coesão sob a espécie de narrativas integradoras. O que nos leva da questão do ator no limiar daquela ação propriamente dita e que podemos agora abordar, o que dará a oportunidade de retomar este ponto essencial.

PEQUENO ESBOÇO DE UMA TEORIA DA PRÁTICA (ESPACIAL)

Do sistema ao conjunto prático

Afirmar o princípio do caráter sistêmico da sociedade e da dialógica entre esta e os indivíduos não resolve a questão da escolha de modalidades de apreensão e de pensamento de práticas espaciais dos indivíduos. Eu darei aqui uma indicação sobre a maneira com a qual, quanto a mim, eu busco abordar essas coisas, o que constitui uma simples forma de contribuir ao debate, apresentando três noções chave: conjunto prático, situação, economia semiótica.

Os conjuntos práticos

Na ocasião de uma conferência no Collège de France, em 1983, dedicada a uma leitura de um texto de Kant (*O que é Iluminismo? [Was ist Aufklärung?]*), que lhe permite propor uma interpretação da modernidade, Foucault fornece, a propósito, uma definição do que ele nomeia conjuntos práticos – a questão era de grande preocupação para ele naquela época. Esse texto^{xxv} pode fornecer um quadro conceitual integrador.

Podemos, com efeito, investir os usos como “conjuntos práticos”, que Foucault definia como o que os homens “fazem e a maneira como o fazem”, descendo ao maior nível possível de sutileza, na hora de levar em consideração as diferentes manifestações desse desejo universal do agir nos indivíduos. Foucault propunha, assim, um estudo das “formas de racionalidade que organizam as maneiras de fazer (o que poderíamos chamar o seu aspecto tecnológico); e [da] liberdade com a qual eles [os homens] agem nesses sistemas práticos, reagindo ao que os outros fazem, modificando as regras do jogo até certo ponto (isso é o que se poderia chamar de lado estratégico...)”^{xxvi}.

Só posso subscrever a este projeto geral, dado que permite abarcar a integralidade das manifestações de usos individuais, das atitudes corporais à palavra escrita e oral, *via* os agenciamentos materiais e sociais que a prática contribui a instaurar e a fazer funcionar; e tudo isto sem sacrificar o princípio da intencionalidade nem ignorar a inscrição de ações em organizações sociais e os efeitos dessa inscrição.

O conjunto prático constitui, portanto, um constructo destinado a produzir e organizar a ação finalizada dos indivíduos em sociedade. Os objetivos perseguidos por estes podem ser muito variados, o que resulta em configurações extremamente diversas: conduzir uma municipalidade constitui uma finalidade que permite a instauração de um conjunto prático muito formalizado, assim como, em um outro nível, reunir a família e os amigos para celebrar um episódio auspicioso, ou participar de uma festa urbana. Por que não escolhi o sistema de designação para se qualificar essas construções? Porque ela me lembra que a noção de sistema supõe uma coerência interna, de limites precisos, um tipo de funcionamento particular e um modo sistêmico de relação com outros sistemas

que nem todos os conjuntos práticos têm, em particular aqueles, não menos numerosos, entre os mais lábeis e informais.

Uma tal abordagem confronta o pesquisador a uma profusão de fenômenos. Notadamente, isso exige que não nos contentemos com uma investigação elementar da ação, pensada simplesmente como um procedimento^{xxvii}, e de seus resultados materiais, e induz a um estudo rigoroso das modalidades mínimas de cada ato, dos instrumentos utilizados e dos múltiplos registros de espacialidade que aí se inscrevem e dela nascem. Devemos sempre prestar atenção escrupulosa à complexidade da *práxis*, à sua assinatura mais ínfima, cada signo constituindo um índice das lógicas multirracionais das artes da fazer do protagonista assim sondado.

A ferramenta da situação

Cada conjunto prático se inscreve em um *estado específico* da configuração societal que deve ser analisada na medida em que constitui a *condição de possibilidade* da existência específica da totalidade do conjunto examinado. Não é possível vislumbrar qualquer estudo deste tipo de objeto que não seria precedido por tal arqueologia – no sentido de M. Foucault, claro. Neste estado em questão entram os meios estruturais – locais, lugares, espaços de ação (o território comunal para uma municipalidade), finanças, ferramentas cognitivas e/ou técnicas, pessoais etc. – que poderiam ser atribuídos ao conjunto prático, seja esta designação institucionalizado ou não. A heterogeneidade destes conjuntos práticos, a este respeito, é considerável. Os “recursos” (conhecimentos, saberes-fazer, tempos...) que os indivíduos são susceptíveis de engajar no funcionamento do conjunto prático procedem também do estado da configuração social e notadamente, ali, da dialógica das dimensões individual e social.

Uma tal concepção permite dar um primeiro quadro de apreensão de atos dos indivíduos: mas, em numerosos casos, em especial para os pesquisadores que, como eu, estudam as políticas territoriais, o conjunto prático permanece uma entidade demasiadamente vasta para ser integralmente analisada. Portanto, é necessário definir uma abordagem mais seletiva e focalizada, no sentido de que retém apenas algumas manifestações do conjunto prático observado e de seus funcionamentos. A focalização se realiza em torno de um número reduzido de atores principais e de modalidades e instrumentos das atuações – frequentemente atos onde as representações sociais são instrumentalizadas espetacularmente – que tentamos capturar em *situações* emblemáticas de organização e da dinâmica do conjunto prático. Eu chamo situação a *convergência relacional* – o que não significa consensual – de indivíduos, motivada por um *objetivo* particular, no seio do qual florescem estratégias dos atores e se manifesta a importância de ferramentas e objetos diversos.

A situação constitui um tipo de condensação do conjunto prático – que permite a sua apreensão e, *in fine*, sua compreensão – no seio dos quais os indivíduos são *testados*. Um aspecto essencial, é que a situação, tal como a concebo, em geral não é contingente (no sentido forte do termo) mas organizada por um evento inicial de valor coletivo, finalizado, tendendo para (ao menos) um objetivo explícito. Eu discrimino assim o que emerge *da relação* (*interação forte* intencional e teleológica) e o que, no caso de uma reunião aleatória, como acontece muito, remete à *copresença* (*interação fraca*, o que não quer dizer sem importância) das entidades sociais. Não busquemos hierarquia nesta divisão, mas pensemos nisso como o resultado de um esforço de precisão de análise, destinada a distanciar os riscos de confusão entre os modos de interação que são necessários distinguir antes de considerar sua relação.

A este ponto da apresentação, eu gostaria de retornar ao texto de Saint-Simon, já citado, pois ele vai me permitir sintetizar alguns elementos essenciais enquanto abre novos caminhos. O episódio

narrado pelo *Duc et Pair* nos dá, com efeito, o quadro de uma situação particularmente formalizada – nem tudo é, desse ponto de vista, da mesma água, pois é verdade que se pode encontrar uma amplitude quase infinita, desde a situação mais explicitamente organizada até a mais difusa, pelo menos aparentemente – e informativa. De fato, há aqui uma *convergência* causada – e causal – e finalizada que merece alguns comentários adicionais.

Notemos de início que a integralidade da definição de Foucault se aplica plenamente a esta *situação do conjunto prático “corte do Rei”*; notadamente, o par: lado tecnológico / lado estratégico é aqui muito sensível. Os protagonistas usam, ao mesmo tempo, de procedimentos de ação racionais, muito enquadrados e codificados, e mostram uma capacidade de iniciativa estratégica que, ao mesmo tempo, desvia os códigos, as tecnologias oficiais que regem a prática, e as utilizam para alcançar esta subversão. Onde se constata que o ardil do fazer individual – que manifesta, portanto, “a liberdade com a qual eles [os homens] agem nesses sistemas de práticas, reagem ao que fazem os outros, modificando até um certo ponto as regras do jogo” (M. Foucault) –, que a invenção estratégica não exige que se jogue à margem do campo^{xxviii}.

Ao contrário, alguns atores^{xxix} conseguem utilizar para seus próprios fins instrumentos de ação coletiva previstos para satisfazer o funcionamento perene da ordem social e, assim, o desestabilizam, o deslocam – o que constitui um motor da dinâmica societal. Aqui o príncipe de Condé (e seus seguidores) tenta marcar, ao esconder as poltronas – estratégia que utiliza o recurso social contido no objeto-poltrona e prova que Luís III de Bourbon controla perfeitamente os *modos* e os costumes de etiqueta, as técnicas da *precedência* e sabe como usá-lo para conseguir a diminuição da grandeza de alguns protagonistas – um ponto de afirmação de seu posto; os duques, “inferiores”, se apoiam, com sucesso, sobre o código legítimo em vigor, escrupulosamente lembrado por Saint-Simon, para conter as pretensões de um “ator dominante”, impondo simultaneamente respeito por sua posição social e seu status individual, ambos intensificados, *de fato*, por sua “vitória” imprevista sobre um príncipe de Sangue – o que me parece confirmar que estamos diante de uma cena social, no sentido estrito do termo – que não poderia ir tão longe como um escândalo.

O espaço da situação

Além disso, esta passagem das *Memórias* nos informa também sobre o tema da espacialidade das situações. Esta, como mostra o exemplo, acaba sendo complexa e pode se decompor em três planos, integrados, claro, na ação. Não há, portanto, uma ideia hierárquica no que segue:

- Inicialmente, há um *quadro material* que constitui o fundamento do espaço da situação, e que procede do estado da sociedade material e da civilização da época: aqui, a igreja e seu mobiliário, suas decorações, os diferentes objetos até os figurinos dos participantes – detalhe que não conta pouco, às vezes, para conferir um ambiente particular.

- Em seguida, o desenrolar do episódio vai instaurar um *agenciamento* espacial deste lugar, correspondendo ao que está em jogo e que dispõe as coisas, as linguagens e as pessoas – e que não esqueçamos, fazem parte do lugar – em uma ordenação reparável e significativa da ação em curso. Este agenciamento, simultaneamente sintoma da prática e instrumento desta, desaparecerá, tal qual, com a situação precisa que o leva e apoia. Assim, o lugar constituído pela igreja, uma vez que o evento tenha passado, não é exatamente o mesmo nem, no entanto, completamente diferente, aguardando uma nova ocorrência de sua ativação.

- Enfim, cada indivíduo interagindo com os outros possui um modo de *relação prática e ideal* para o espaço, que investe, em forma de ferramentas, na sua ação e que muito contribui para o forjar.

O espaço da situação nasce da combinação destes três planos; ele constitui o objeto do geógrafo.

O dizer e/é o fazer (agarrar o espaço pela linguagem)

A semantização dos objetos da geografia

A abordagem que eu proponho abandona a análise geográfica clássica, estritamente funcionalista, para se interessar, antes de tudo, pela *economia semiótica* que cada ação espacial (e toda ação possui necessariamente uma dimensão espacial) instaura. Esta economia é produzida pelo jogo dos diferentes atores de uma situação, pois cada um deles, investido nos seus atos, do mais elementar ao mais complexo, produz e difunde enunciados, que tomarão, em função do seu *habitus* e da sua capacidade – variável – de avaliar as circunstâncias, de forma a valorizar da melhor forma possível as suas competências e a encenar o seu capital social, formas muito variadas, da palavra “espontâneo”, até os textos ou ícones mais construídos, *por* meio desses quase enunciados que são as formas da própria prática. Tanto quanto os resultados materiais do ato, esse material significante permite apreender a lógica e o sentido da ação.

A expressão “economia semiótica” reúne sob um mesmo estandarte todos os sinais emitidos e difundidos pelos atores de um conjunto prático e / ou de uma situação no decorrer de sua operação; a economia semiótica constitui um produto do conjunto prático – mas um produto que seria ao mesmo tempo um dos combustíveis na máquina produtora – e, desde então, analisar esta e compreender este. A lista dos signos mencionada anteriormente não se limita às linguagens orais e escritas, mas estende-se aos ícones, às “formas de prática”; a quase declaração dessas parece óbvia, mas a pesquisa geográfica tem sem dúvida muito pouco ainda investido em um tal domínio cuja importância é flagrante à leitura de Michel de Certeau e notadamente aquela do seu célebre estudo das práticas de cidade, onde ele propõe uma interpretação das “retóricas dos caminhos” e das “enunciações pedestres” dos cidadãos ordinários.

A economia semiótica se afirma como uma noção capaz de sublinhar que de cada conjunto prático derrama uma verdadeira *polifonia enunciativa* resultante do inalterável desejo e necessidade dos indivíduos de emitir mensagens, de suas insaciáveis fomes dos “jogos de linguagem”, analisados por Wittgenstein^{xxx}, que mostrou que, em sua multidão, sua abertura, sua indecisão, sua evolução incessante, eles nos servem, nada menos, para moldar o mundo dentro do qual existimos.

Constativo e performativo ao mesmo tempo

Uma tal abordagem se apoia sobre uma atenção muito particular dada a(s) linguagem(s) concebida(s) ao mesmo tempo como um instrumento de representação e um instrumento de ação. De fato, esses enunciados da economia semiótica produzida pelos atores, para serem representativos, não são oriundos somente do domínio *constativo*, isto é, registrando um estado do mundo (“*World to Word*”), mas também àquele dos *performativos*, que adicionam um estado ao mundo, permitindo que o pensamento faça o seu caminho “*World to Word*”^{xxx}. A palavra *performativo* é aqui empregada em uma acepção bastante ampla^{xxxii}, para indicar que devemos considerar toda enunciação como um agir social seguido de efeitos – estes, variáveis, possibilitando avaliar a performatividade da primeira. Uma tal capacidade de performance do ato da linguagem não está ligada, claro, somente ao sentido do que está escrito, desenhado, proferido, mas, também, ao status de enunciador, à sua legitimidade de fazer e de dizer. Temos aqui uma afirmação simples e clara: a

enunciação excede o único quadro linguístico, todo ato linguístico é, também, sempre e já um ato social.

A performatividade é, portanto, a capacidade que proporciona à linguagem uma eficácia social e que a faz sair do status de simples suporte da representação no qual por muito tempo a confinou a perspectiva “immanentista” e “informacionalista”; na verdade, todos os trabalhos da “pragmática ilocucionária”, desde a obra fundadora de John Austin^{xxxiii}, bem como aqueles que movem o exame da linguística apenas para a análise dos efeitos propriamente sociais da linguagem, mostraram que a linguagem escrita ou falada constitui, quase independentemente do significado que carrega, pelo simples fato de algumas de suas características intrínsecas devidas às modalidades e contextos linguísticos e sociais da enunciação, um intermediário essencial da ação.

Todo *dizer* é um *fazer* social. Mesmo uma simples qualificação das coisas por um ator constitui tanto uma *práxis* quanto uma entrega de informação: por exemplo, designar um lugar, nomear um espaço^{xxxiv}, tira-os da indiferenciação e os injeta no universo do sentido do espaço, esse *sentido que circula entre os atores por meio das linguagens*. Na medida em que há integração da palavra nominativa no ciclo de trocas entre os protagonistas, haverá informação e ação ao mesmo tempo.

Com base nisso, a linguagem performativa parece ser um objeto central para qualquer exame das práticas, desde que não nos esqueçamos de lembrar que a passagem da *performatividade* – potencial – à *performance* – comprovada – é um processo que remete mais ao social do que ao linguístico; aí, sem dúvida, é importante incluir na análise os *habitus* e as posições sociais dos falantes, uma forma de lembrar, de passagem, que um conjunto prático também forma um campo de força estruturado e hierárquico. Um prefeito, por exemplo, não desempenha o mesmo papel que um planejador urbano no curso de um projeto de desenvolvimento, existem desafios de poder e contribuem a fixar; frequentemente, as estratégias de uns e outros. Benveniste havia circunscrito o problema corretamente. Podemos ler essa passagem no *Précis de linguistique générale*, onde o autor evoca a noção forjada por Austin.

Em todo caso, um enunciado performativo só tem realidade se for identificado como um ato [...] Qualquer um pode gritar em praça pública “Declaro a mobilização geral”. Incapaz de ser um ato por falta da autoridade necessária, tal afirmação é apenas um discurso [...] [Um enunciado performativo] só existe como um ato de autoridade. No entanto, os atos de autoridade são, em primeiro lugar e sempre, declarações proferidas por aqueles que têm o direito de enunciá-las^{xxxv}.

Só podemos subscrever tal ideia, ainda que retenhamos, com os pragmáticos atuais, que o exemplo de Benveniste – “eu decreto...” – pode ser, apesar de tudo, considerado como um performativo, mas privado de sua força perlocutória através do *contexto enunciativo*. Essa noção de *contexto enunciativo* ajusta-se perfeitamente ao pesquisador em ciências sociais, pois garante ir além da análise linguística para se preocupar com as condições das possibilidades sociais para que um enunciado atue, conheça uma efetiva performatividade realizada.

Qualificar, justificar, os dois pilares da linguagem em ação

Levar os indivíduos a sério

O caminho aqui proposto obriga a tomar os indivíduos a sério nos seus atos em suas linguagens em ação e a rejeitar a crença objetivista na onisciência do olhar sobrepujante do especialista. Como sabemos, um certo positivismo reinou por muito tempo no campo das ciências

sociais, erigindo em dogma a posição de Deus observador do pesquisador; gozando do *privilégio oftálmico* de ver bem o que o vulgar não conseguia discernir. Neste contexto, se alguma vez as práticas sociais parecem discordantes em comparação com a interpretação que dela é dada pelos cientistas, são as práticas que estão erradas! Como o texto na contracapa de L. Boltanski e L. Thévenot explica, *De la justification*:

A sociologia tradicional, seja qual for a escola, afirma que as pessoas racionalizam seu comportamento, em nome de motivos aparentes e falsos, enquanto são, na realidade, determinadas por forças ocultas e objetivas que, obviamente, cabe ao sociólogo revelar.

Essa posição, que, como podemos ver, desvaloriza radicalmente a subjetividade das pessoas, evidentemente, tem sua contrapartida, talvez ainda mais marcada, na geografia. No entanto, o que os atores dizem sobre sua prática e espaços espaciais não tem que ser desmascarado, liberado de qualquer carga de mentiras, lavado da mancha da subjetividade, mas constitui um material significativo para ser tomado ao *pé da letra*, dos quais é necessário apreender as lógicas, os vários planos de funcionamento e os sistemas de valores, e as magnitudes que os fundamentam e que ele mediatiza. *Tudo está dado* nas linguagens da ação^{xxxvi}, e isso, ainda que se possa discriminar dentro desses diferentes níveis de acordo com o caráter objetivado ou não do conteúdo dos enunciados.

Afirmar que alguns aspectos de uma fala de um indivíduo se referem *também* aos esquemas pré-reflexivos e não objetivados por aqueles não consiste em denunciar a cegueira desastrosa da pessoa manipulada pelas estruturas, mas simplesmente lembra que o indivíduo nunca é completamente transparente para si mesmo e, ao mesmo tempo, sublinha a presença da sociedade com a sua parte, precisamente, de opacidade e pré-reflexividade, na linguagem do ator.

Podemos, assim, esquematizar o modelo – que também é um método – proposto por *De la justification*: as pessoas confrontadas com uma situação agem e ao fazê-lo proferem um discurso de qualificação das situações e de justificação das suas atitudes, discursos que devem ser recolhidos e interpretados como materiais essenciais; o objetivo consiste em identificar as “grandezas” as quais os indivíduos se referem para qualificar e justificar seu fazer. As diferentes grandezas que constituem “formas [formas retóricas] do legítimo bem comum” e que se expressam na forma de uma ordem de grandezas, ou seja, uma qualificação das coisas pelos indivíduos segundo um gradiente corrente do grande ao pequeno, podendo *in fine*, segundo os autores, todas serem indexadas, com um lugar específico, dentro de cinco *ciudades* diferentes – cada uma delas apoiada num *princípio superior comum* passível de embasar as justificativas das pessoas ativas e permitindo a reunião dos indivíduos em um acordo em torno de princípios legítimos^{xxxvii}. Sem poder entrar em uma análise detalhada deste modelo, vamos simplesmente observar que Boltanski e Thévenot geralmente examinam relatos de justificativas apresentadas *ex post*:

Para estudar a forma como os atores se orientam para o julgamento em um curso de ação, adotamos um ponto de vista sobre a ação que privilegia o momento reflexivo de retorno sobre o acontecido, ou de interpretação do que está acontecendo.

Eles aproveitam, então, a estase do momento reflexivo recursivo para realizar seu projeto cognitivo. Não obstante, parece-me que uma série de relatos qualificativos e justificativos, de fato, são construídos e disseminados *pro ante*: o *performativo-prospectivo* tem um papel a ser eminente, neste campo, articulado no registro *retrospectivo*, e esse estado de coisas deve ser analisado escrupulosamente. Além disso, acredito que Boltanski e Thévenot negligenciam a questão da “instância figural” dentro do campo de ação. Sobre este ponto fundamental das figuras, *De la justification* silencia.

O espaço na ação, o espaço em ação

Em tudo o que precede, eu já abordei em várias ocasiões, uma questão essencial: quais são os lugares e os papéis do espaço nas ações humanas? Vou formular agora uma pequena síntese provisória sobre essa questão, porque me parece que a abordagem de atuação que acabamos de descrever me permite destacar claramente minhas concepções de espacialidade em atos. Dedicar-se à análise axiológica é uma forma segura de evitar o espacialismo e / ou funcionalismo. Em efeito, isso requer abandonar a investigação exclusiva das formas e estruturas do espaço, a fim de compreender como e por que um indivíduo *se engaja sem cessar espacialidade* material e ideal em seus atos (cf. a análise anterior do *Espaço na situação*).

Os três planos da relação do indivíduo com o espaço

Eu colocarei a hipótese que a relação entre o indivíduo e o espaço se estabelece segundo três planos – integrados na ação:

1. O espaço físico, inicialmente, constitui um *suporte* para a ação, cujas características o influenciam; sem que haja necessidade de cair no fetichismo das formas, deve-se reconhecer que nenhuma configuração material oferece ao ator a mesma intensidade de resposta que outra. Todos devem, portanto, desenvolver permanentemente uma avaliação-qualificação desse *suporte ativo*, desse *quase-protagonista*. O suporte, entender-se-á, não é nem neutro, nem a simples sombra projetada por qualquer nível instituinte, mas um componente dinâmico e dinamizável da espacialidade, em suma, um recurso para o indivíduo.

2. Esta última precisão nos oferece a transição para o segundo plano relacional, aquele do espaço *instrumento* da *práxis*. Eu ilustrarei essa instrumentalidade me referindo ao meu objeto de estudo, isto é, o das políticas territoriais. Nesta área, com certeza, o espaço não é simplesmente um suporte neutro para a ação – um status no qual tendemos ao confinar. É também um instrumento essencial para a construção da legitimidade dos atores espaciais. É necessário sublinhar aqui um ponto muito importante: enquanto a ação sobre o social, a cultura, a economia etc. muitas vezes permanece muito insensível em seus meios como em seus resultados, o espaço é uma ferramenta preciosa, pois constitui um material imediatamente significativo do que se empreende. Se, por exemplo, um negócio para revitalizar uma prática cultural, por mais notável que seja, geralmente permanece muito discreto, em termos de sua presença na opinião pública, o menor equipamento cultural, mesmo que tenha sido desenvolvido sem necessidade, *manifesta* a eficácia da política que o decidiu. Este evento é também duplamente eficaz, uma vez que atua no nível material – a presença física do edifício – e no nível das representações, através da exploração pela comunicação da realização de tal implantação, aqui novamente o espaço sendo mais facilmente mediatizado do que outra dimensão da sociedade. Isso empurra as autoridades municipais a buscarem a divulgação das ações empreendidas em qualquer campo pelo recurso quase sistemático à espacialização. O espaço constitui, portanto, um material fundamental para o estabelecimento do que denomino *regime de visibilidade* da política local, regime de visibilidade essencial para a construção da legitimidade.

A afirmação do papel fundamental do espaço que consiste em assegurar o *regime de visibilidade* de uma ação em sociedade parece-me aplicável a todos os âmbitos da vida social. Deste ponto de vista, o extrato das memórias do Duque de Saint-Simon nos informa muito; podemos perceber em particular a utilização instrumental pelos protagonistas de suas *posições* na configuração do lugar, ao mesmo tempo que a dos objetos, aqui as poltronas, marcadores e amplificadores dessa posição espacial manifestando e sustentando uma categoria social.

Porque acaba por ser um instrumento poderoso e eficaz ao serviço das estratégias dos atores, incluindo aquelas que não são implementadas *com* objetivos espaciais, mas que por vezes são realizadas *através* do espaço, este afirma-se como um *objeto-desafio* fundamental na sociedade. Se esta instrumentalização não é totalmente consciente e totalmente objetivável, como tal, pelos protagonistas, ainda temos que admitir que eles sabem muito bem como *jogar* com a espacialidade para alcançar certos fins: pensemos, por exemplo, nos atores políticos – que, no entanto, não recebem treinamento específico para isso, o que me leva a pensar que essa é uma competência comumente compartilhada pela sociedade.

Claro, o papel do instrumento espacial não se limita à materialidade; as representações espaciais – em todos os estados – também, não esqueçamos, se manifestam *em atos e nos* de atos. Mais uma vez, a prosa de Saint-Simon mostra-se uma ajuda preciosa para considerar corretamente essa dimensão do problema: os atores da cena narrada fazem discursos e discutem do que é certo em termos de precedência e de rótulos, e, essas palavras de ação divergentes expressam concepções da ordem social e visões do ordenamento espacial legítimo do lugar^{xxxviii} – ambos intimamente ligados, “causador e causantes”.

3. Por fim, e insistir nas idealidades ativas trouxe-nos à beira deste terceiro plano, o espaço é um *objeto carregado de valor*, uma substância social material e imaterial impregnada de significados individuais e sociais envolvidos na ação de qualquer protagonista. O estudo das políticas territoriais fornece muitos exemplos espetaculares da importância desta última função, mas também de sua complexidade. Não cometerei o erro de afirmar que o espaço possui os seus próprios valores *sui generis*, uma posição que reatualiza uma velha mitologia espacialista e telúrica, mas, em vez disso, sugerirei considerar o espaço como um *fixador* e um *condensador* de valores sociais; esta fixação e esta condensação – tanto físicas, em lugares, objetos, territórios, redes particulares, quanto ideais, em ideologias, representações – *valorizam* o espaço e *espacializam* os valores, dando-lhes assim um registro específico. Este fenômeno me parece particularmente sensível nos modelos territoriais de ação. Eles encenam, através da história e das figuras, um território marcado por lugares portadores de valores cidadãos e, assim, *injetam* o espaço no universo de sentido e *inscrevem* sentido na dimensão espacial. Nesse acoplamento interativo, espacialização-semantização, origina-se o estatuto de objeto de valor do espaço.

A fábrica do agenciamento

Cada protagonista de um conjunto prático, ao atuar, põe necessariamente em xeque o jogo combinado e sutil desses três níveis: a menor situação, por isso mesmo, esconde uma espacialidade de grande riqueza que resulta da articulação sistêmica – portanto, dito de outra forma, com complexidade cumulativa – dessa “espacialidade tridimensional” das ações de cada indivíduo em questão. Só isso! Algo para deixá-lo tonto! Estou bem ciente da dificuldade dessa abordagem, mas não me parece que possa se reduzir como a algo insignificante a relação com o espaço dos indivíduos e das sociedades.

Se, uma última vez, nos referirmos ao episódio narrado por Saint-Simon, percebemos que, à simples situação exposta já corresponde a uma grande riqueza espacial, muito distante dos reducionismos a que a geografia de outrora nos havia habituado. Notamos também que o espaço é, ali, de fato, um *agenciamento* híbrido de coisas, pessoas, formas, princípios organizadores e ideias, dinâmicas e lábeis [transitórios], pois desaparece em seu estado correspondente ao evento que o configura, uma vez que este cessa. Da mesma forma, um território de ação municipal constitui um *dispositivo agenciado permanentemente* pelo jogo dos atores políticos: um modelo territorial oficial ao

mesmo tempo ideal e material^{xxxix} resulta de tal *fábrica*, que procede da relação triádica da autoridade legítima com relação ao espaço (suporte ativo, instrumento, objeto de valor), relação que produz o arranjo aferente, dentro do qual essa autoridade está presente como componente, incluída. Na verdade, em minha opinião, uma agência integra os indivíduos que a produzem. Então, pelo simples fato de um município mudar, o território como agenciamento muda.

O que acaba de ser exposto – sabendo que poderíamos aplicar o mesmo tipo de raciocínio a qualquer outro tipo de espaço prático, àquele, por exemplo, de um cidadão comum – oferece a oportunidade de voltar à noção de agenciamento e de diferença entre a abordagem padrão da geografia e a abordagem axiológica defendida aqui.

A abordagem padrão empurra para analisar o espaço como um produto já acabado, essencialmente material, cujas estruturas e formas são pensadas, graças a um olhar desde cima que muitas vezes tende, mesmo que insistamos nas dinâmicas, a exagerar as perenidades e as estabilidades. Além disso, a focalização de um espaço-objetivado empurra insidiosamente à evacuação da problematização da questão do lugar da dimensão espacial na sociedade (e desta última nela) e facilita uma deriva espacialista^{xl}.

A abordagem axiológica, por sua vez, ao colocar o geógrafo no cerne da questão da prática do ator, obriga-o a conceber o espaço como um ingrediente necessário dela, como um dos recursos sociais à disposição dos indivíduos atuantes. A partir daí, o espaço está presente, não só *depois* da ação – como o paradigma produtivista mais ou menos postula – mas também *em* ações *na* ação; desse permanente engajamento do espaço em ação, nascem e desaparecem os agenciamentos, de várias espécies e escalas, específicos a um conjunto prático, uma situação, justificados e qualificados pelos atores-produtores, essa qualificação e essa justificativa conferindo aos ditos agenciamentos seus valores. A geografia descritiva é deficiente para abordar tal continente – uma selva densa! –, ainda que permaneça útil, ao menos para apreender os personagens do espaço-suporte-ativo que os protagonistas avaliam, nomeiam e usam, e para compreender os aspectos materiais dos agenciamentos espaciais. Por outro lado, a análise das linguagens de ação impõe-se como um meio insuperável, pois, sem dúvida, se aceitarmos os meandros dessa problematização axiológica, o espaço é *retirado das palavras* dessas linguagens que o expressam e o fazem evoluir^{xli}.

Todas as facetas do espaço se *conjugam* na ação mediada *por* todas as linguagens, na prática que não pode existir fora delas, como sublinha, em uma bela meditação dedicada ao poder das palavras, Clément Rosset:

Estou a pensar na grande [...] quantidade de atos reais que nunca seriam praticados sem o acréscimo preliminar das palavras que, pelo fato mesmo que sejam pronunciadas, de repente tornam possível uma performance que nem sequer teríamos. sem o poder que as palavras têm de descrever, antes de se aventurar um pouco mais, algum ato aparentemente extravagante e impraticável. Porque o que é dizível não está longe do que é dito, o que é dito, tampouco é tão longe assim do que é realizável, e, o que é enfim realizável beira de perto o domínio do que bem poderia ser um dia verdadeiramente realizado [...]. [...] A potência de agir depende em grande medida do vocabulário de que dispomos e, também, da forma mais ou menos oportuna como sabemos torná-la fecunda^{xlii}.

- ⁱ Como a sociedade se reduz ao social, sabemos que ela o inclui.
- ⁱⁱ Tomo emprestado, uma brincadeira, esta expressão da psicanálise — lacaniana — para apontar que, como tal, P. Bourdieu constitui *ao mesmo tempo* uma figura atraente (pelo rigor de sua obra e pelo vigor de seus conceitos) e repulsivo.
- ⁱⁱⁱ Pensemos, mais uma vez, em Pierre Bourdieu, antes de Michel Foucault ou, ainda mais espetacular, de Michel Serres, que se tornou, por algum tempo no início dos anos 1990, o filósofo das seis cadeias.
- ^{iv} Cf. Sobre essa disputa, ver a notável obra coletiva editada por Michel Meyer, *La philosophie anglo-saxonne*, PUF, 1994, p. 552-553, e D. Andler (dir), *Introduction aux sciences cognitives*, Gallimard, coll "Folio-essais", 1992", 1992.
- ^v O eu absoluto também deve ser evitado como o eu riscado.
- ^{vi} A obra de Michel de Certeau constitui uma referência fundamental; é menos uma questão de tomar emprestado deste autor todas as ferramentas ou conclusões do que de reconhecer; cf: M. de Certeau, *L'invention du quotidien. I. Arts de faire*. Nouvelle édition, Gallimard, coll. "Folio essais", 1990, et M. de Certeau, L. Girard, P. Mayol, *L'invention du quotidien. II. Habiter, cuisinier*, nouvelle édition, Gallimard, coll. "Folio essais", 1994".
- ^{vii} Em 1939, mas em um texto que permaneceu quase inédito até primeiro em alemão em 1887, depois em francês em 1991, em *La société des individus*, Fayard, 1991, Fayard, 1991. Observe que Georges Simmel também pensava em termos relação entre o indivíduo e a sociedade, fazendo desta, como instância aquela, a solução das equações constituídas pela relação do eu com o mundo.
- ^{viii} N. Elias, *Qu'est ce que la sociologie*, Pandora/Dès sociétés, 1981, p. 156, citado por Roger Chartier "Avant-prpos", em N. Elias, *La société des individus*, Fayard, 1991, p. 7-29, pág. 14. Onde vemos que o autor, de passagem, sublinhou o peso de uma ideologia dominante, tanto ativa no senso comum como no pensamento científico.
- ^{ix} *La société des individus*, op. cit. p. 70-71.
- ^x E considero, é claro, que a metáfora espacial faz parte da dimensão espacial.
- ^{xi} Elias explica bem, na *Civilização dos costumes*, que com a elevação do indivíduo também nasce o reconhecimento por este da necessária *disciplina de si*, do constrangimento interior essencial para existir como pessoa civilizada, civilizada., societalizado; o movimento descrito por Elias marca, portanto, uma progressão de constrangimentos individuais e sociais, aceitos pelos protagonistas como *o preço a pagar* para acessar uma nova ordem dinâmica das coisas.
- ^{xii} Reconhecemos o casal representado por Ferdinand Tonnies em *Communauté et société* (1877), PUF, 1944.
- ^{xiii} J. Lévy, *L'espace légitime. Sur la dimension géographique de la fonction politique*, Presses de la FNSP, 1994, p. 41.
- ^{xiv} *Ibid*, p. 41-42.
- ^{xv} Seja, respectivamente, Luís III de Bourdon, filho do Príncipe de Condé — portanto neto do Grande Condé — e cunhado do falecido, seu filho e, por último, filho do Príncipe de Conti.
- ^{xvi} As formas são bancos mobiliados com tecidos, portanto dietas muito básicas ao lado das poltronas, que veremos estavam no centro da cena.
- ^{xvii} Cf. a última fase do extrato; portanto, aqui, o funcionamento social não desqualifica definitivamente o indivíduo que violou as regras, mas o torna visível e divulga sua divagação. Teria sido diferente em uma comunidade cavalheiresca onde o conflito teria sido emprestado.
- ^{xviii} *L'espace légitime* p. 36. Deve-se notar que Guy Di Meo também propôs uma estimulante reflexão sobre essas questões em *L'Homme, la Société, l'Espace*. Paris, Anthropeo-Économica, 1991.
- ^{xix} L Boltanski, L. THévenot, *De la Justification. Les économies de la grandeur*, Gallimard, coll. "NRF essais", 1991. Recordemos também a importância da obra de Louis Dumont, em particular o seu *Essai sur l'individualisme. Une perspective anthropologique sur l'ideologie moderne*, Esprit-Sueil, 1983, bem como a fertilidade para as ciências da sociedade a partir das reflexões de M. Marleau-Ponty e P. Ricoeur.
- ^{xx} Paráfrase de uma bela definição de ação por Charles Taylor (citado por Philippe De Lara, "Comment peut-on être moderne? Charles Taylor et l'interpretation de l'identité moderne", *Esprit*, mars-avril 1994, p. 80), o que torna a ação "o desejo corporificado no espaço público".
- ^{xxi} Daí surge a ilusão biográfica, da qual ninguém escapa, mas que é menos para denunciar do que para compreender como instrumento de conhecimento de si, da sociedade e das suas relações.
- ^{xxii} Uma ilustração simples dessa fragmentação nos é oferecida por ... Hergé em *Tintim no Tibete*, durante uma sequência saborosa. Milou deve mais uma vez ajudar seu mestre; de repente, na estrada que ele percorre, correndo sem fôlego, um osso magnífico aparece. Snowy interrompe sua corrida e aí começa uma deliciosa discussão: uma bolha mostra, acima do cachorro, um querubim Snowy, com penas brancas da melhor qualidade, e um Snowy devil, gentilmente faustein. O primeiro pretende que o seu hospedeiro (quer dizer, o cão Snowy que acolhe esta dupla que não é outro senão ele próprio) ignorar o osso e resgatar prontamente Tintim: o segundo (que sempre me pareceu mais simpático do que o anterior!) encoraja-o a parar por um momento para provar este alimento inesperado. A boa vontade triunfará, alguém teria suspeitado, mas não sem que Snowy fracasse em ceder ao tentador e depois à tentação. Onde vemos que no universo de Hergé a humanidade se encontra mais com Milou (totalmente fragmentada e que deve se ajustar na ação das solicitações de cada um de seus dois corpos concorrentes, mas também colecionadores), do que com Tintim, substância adamantina pura, mônada perfeita.
- ^{xxiii} Aqui estou usando um termo que é a tradução francesa da "forma" de Erwing Goffman, em *La mise en scène de la vie quotidienne. vol 1 La presentaion de soi, vol 2 Les relations en public*, Minuit, coll. "Le sens commun", 1973. No entanto, dou-lhe um sentido mais flexível do que o original, ao torná-lo um perfil de ator específico construído pelo indivíduo e que é essencial na situação prática como a melhor forma de dominá-lo.
- ^{xxiv} Protagonista que, ou sabe, acaba por ser *alheio* [estrangeiro] a si mesmo — já que eu sou outro — do que limitado em sua compreensão detalhada da sociedade em geral e das situações que ela vive em particular.

^{xxv} M. Foucault, "Qu'est-ce que les Lumières", in les inédits du *Magazine Littéraire*, *Magazine Littéraire*, n. 309, abril 1993, p. 63-73. Este texto, datado de 1983, é repetido em *Dits et écrits* de Foucault publicado em outubro de 1994, publicado pela Gallimard.

^{xxvi} *Idib.*, p. 72

^{xxvii} Ou seja, uma sequência cronológica de atos que não se limita a descrever: o indivíduo fez aquilo, depois decidiu aquilo ... e aquilo produziu isso, etc., sem passar pelo crivo da análise. A geografia frequentemente se confina a essa abordagem procedimental.

^{xxviii} O texto de Saint-Simon é também um precioso indicador da diversidade, já apontada, dos aspectos e instrumentos da prática dos indivíduos, que têm a ver com "tecnologias da mente" - isto é, uma competência cognitiva que serve para elaborar e/ou realizar a intenção do ator - para a manipulação prática dos objetos, para os modos de fazer e as modalidades de "auto-apresentação".

^{xxix} Todos os atores são afetados por esta mesma competência - veja como certos indivíduos, porém socialmente fracos, sabem como usar as regras coletivas dominantes perfeita e estrategicamente - mas eles as julgam de forma específica e mais ou menos intensamente dependendo das circunstâncias situacionais e onde são colocadas nas diferentes situações vividas como na sociedade como um todo.

^{xxx} Nas *Investigations philosophiques*, texte disponible à la suite du *Tractatus logico-philosophicus*, Gallimard, 1971.

^{xxxi} Para usar a frase feliz de Danuel Bougnoux em Daniel Bougnoux (ed), *Sciences de l'information et de la communication*, Larousse, coll "Textes essentiels", 1993 p. 209.

^{xxxii} O próprio termo foi emprestado de John L. Austin, *Quand dire c'est faire (how to Do Thing with Words)*, rééd., Le Sueil, coll. "Points", 1991.

^{xxxiii} A princípio, Austin postula uma definição restritiva do performativo e da tríade: ato *locucionário*, possuindo uma significação; ato *ilocucionário*, onde o fato de dizer tem um certo valor que vai além do denotar; ato *perlocucionário* que possibilita a obtenção de efeitos pela fala e que corresponde ao performativo estrito, onde não importa mais medir o enunciado pelo critério do verdadeiro ou do falso, mas pelo do sucesso ou do fracasso. No entanto, durante as doze palestras coletadas em *Quand dire c'est faire*, Austin veio a qualificar consideravelmente essa divisão e até acabou por acreditar que a noção de performativo "se baseava essencialmente em nossa crença na dicotomia performativa / constativa, uma dicotomia que, como vemos agora, deve ser abandonado em favor de famílias mais gerais de atos de fala, ligadas entre si e sobrepostas umas às outras "(J. Austin *op. cit.*, p. 152-153.).

^{xxxiv} Sobre esta questão, ver a tese de Bernard Debarbieux, *Territoires de haute montagne. Recherches sur le processus de territorialisation et d'appropriation sociale de l'espace da haute montagne dans les Alpes du Nord*. Grenoble, Instituto de Geografia Alpina, 1988.

^{xxxv} *Précis de linguistique générale*, t. 1, Gallimard, 1966, p. 273.

^{xxxvi} Isso pode ser ilustrado por esta frase de Rimbault: "Diz o que diz, literalmente e em todos os sentidos".

^{xxxvii} Os autores expõem os princípios de construção da cidade nas páginas 85-106 de sua obra. Sem poder entrar aqui nos detalhes complexos de sua apresentação, digamos que, para existir, qualquer cidade deve se basear em (pelo menos um) grandes textos de filosofia política considerados como empreendimentos "gramaticais" [...] [...] de explicação e fixação das regras do acordo "e do" corpo de regras prescritivas que possibilitam a construção de uma cidade harmoniosa" (p. 86). Luc Boltanski e Laurent Thévenot definem as seguintes cidades - as quais aponto com entre parênteses, o texto de referência principal: a cidade inspirada (Santo Agostinho, *La cité de Dieu*), a cidade domoestical (Bossuet, *Politique tirée des propres paroles de l'écriture sainte*); a cidade da opinião (Hobbes, *Léviathan* e *The Elements of Law*); a cidade cívica (Rousseau, *Le Contrat Social*); a cidade industrial (Le comte de Saint-Simon em várias obras, incluindo *Du système industriel*); a cidade mercantil (Adam Smith, *Théorie des sentiments moraux* et *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*).

^{xxxviii} Inclusive as do duque memorialista, forma de lembrar que o ponto de vista do autor está sempre contido no observado e descrito; isto não sofre exceções, embora os partidários do objetivismo as tenham.

^{xxxix} Michel Lussault, *Tours, Images de la ville et politiques urbaines*, Tours, Publications de la Maison des Sciences de la Ville, 1993: "L'instrument sanitaire. Rôles et valeurs de la santé publique dans les politiques territoriales tourangelles", in D. Fassin (dir), *Les figures urbaines de la santé publique. Enquete sur des expériences locales*. La Decouvert, coll "Recherches", 1998, p. 174-202.

^{xl} Michel Lussault, "Reconstruir le bureau. Pour en finir avec le spatialisme", in Christine Chivallon, Pascal Ragouet, Michael Samers, *Discours scientifiques et contextes culturels: géographies françaises et britanniques à l'épreuve postmoderne*, Bourdeaux, Éditions de la MSH d'Aquitaine, 1999, p. 225-253.

^{xli} Michel Lussault, "L'espace prix aux mots", in J. Lévy (dir), *Nouvelles Géographies, Le Débat*, n° 92, Gallimard, nov-déc, 1996, p. 99-110.

^{xlii} Clément Rosset, *Le choix des mots*, Minuit, 1996, p. 58-59.